

Curso/Disciplina: Penal (Parte Especial)

Aula: Penal (Parte Especial) – 59

Professor(a): Marcelo Uzêda

Monitor(a): Mayara Cristina de Araujo Rabelo

Aula nº. 59

Corrupção privilegiada: art. 317, §2º - funcionário não pede nada, mas se corrompe atendendo a pedido.

A corrupção está no fato de ceder a influência, não pede, solicita ou recebe nada.

Sujeito ativo é o funcionário público que viola o dever funcional, com infração do dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem.

Ex.: oficial de justiça vai cumprir mandado de citação e se o citando pede para ele não cumprir e o oficial deixa de citar, cedendo à influência, ele deixa de cumprir dever funcional.

➤ Prevaricação

Prevaricação

Art. 319 - Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

Cuidado para não confundir a corrupção passiva privilegiada com a prevaricação. Na primeira (corrupção passiva privilegiada) o funcionário “pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional”, há um motivo determinante, qual seja: cedendo a pedido ou influência de outrem. Na prevaricação não é ‘porque’ é ‘para que’, sendo este último “para satisfazer interesse ou sentimento pessoal”.

Na prevaricação desvia da legalidade, coloca em primeiro plano o interesse privado, sobre o interesse público. O sentimento pessoal pode ser do agente ou de terceiros. Ex.: oficial de justiça retarda a pratica do cumprimento do mandado de citação objetivando um encontro pessoal com a pessoa a ser citada, ou seja, retarda a pratica do ato em razão de interesse pessoal.

Núcleos: Retardar ou deixar de praticar o ato indevidamente ou praticar contra disposição e lei (na corrupção há violação de dever funcional).

Trata-se de crime **doloso**, com especial fim de agir. Caso o agente satisfaça o interesse pessoal é mero exaurimento. É crime formal, de consumação antecipada, porque consuma-se ainda que não consiga satisfazer o interesse pessoal.

Pena: detenção, de três meses a um ano, e multa. Na corrupção a pena de multa é alternativa.

A princípio tanto prevaricação quanto corrupção passiva são de competência do Jecrim.

➤ **Condescendência Criminosa**

Condescendência criminosa

Art. 320 - Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente:

Pena - detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.

São duas situações: a) quando o agente é o chefe e tem o dever de responsabilizar. É crime omissivo. Ou b) quando não tem competência para responsabilizar não informar a autoridade competente.

Busca **tutelar o poder disciplinar**, decorre do poder hierárquico. Trata-se de infração de qualquer natureza.

Núcleo: deixar de responsabilizar, é crime omissivo próprio.

Não há regra fixando o prazo para que ocorra a responsabilização. A doutrina discute que havendo a infração, deve ter instauração imediata do procedimento administrativo disciplinar.

Se **consoma** com a mera omissão de deixar de instaurar o procedimento.

Elemento normativo: indulgência. No Estado Brasileiro quem tem o poder de indulgência são apenas o Presidente da República e o Congresso. Através de lei, anistia (lei- Congresso e indulto (decreto-Presidente).

Esse crime **não tem modalidade culposa**, portanto deixar de punir por negligência não é modalidade do tipo. O tipo prevê a indulgência como razão para deixar de responsabilizar o subordinado que cometeu a infração.

Não há crime de condescendência criminosa quando o crime praticado não tem relação com o exercício da função.

Pena - detenção, de quinze dias a um mês, ou multa. Competência do Jecrim, salvo se autoridade tem foro por prerrogativa de função.

➤ **Advocacia administrativa**

Art. 321 - Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário:

Pena - detenção, de um a três meses, ou multa.

Parágrafo único - Se o interesse é ilegítimo:

Pena - detenção, de três meses a um ano, além da multa.

Patrocinar: defender, agindo como se fosse advogado de alguém. Ou seja, assumir a causa de alguém perante a administração pública.

Quem pleiteia interesse privado, no exercício da função pública comete advocacia administração.

Ocorre a prática desse crime ainda que o interesse seja legítimo.